

RECRUDESCENDO A MEMÓRIA DE CORPOS NEGROS RASURADOS PELA LINGUAGEM

Gilson Souza Santana¹

Não é de hoje que vidas importam, as negras vidas ainda mais são perseguidas durante tanto tempo recrudescem vai Sim, vidas importam todas aquelas que vieram antes de mim

Sim, vidas importam todas aquelas que estão aqui.

(Fragmento da canção “Vidas importam”, do cantor e compositor Gilsam)

Resumo: Ensaisticamente, é evocada, neste texto, através da linguagem, a memória enquanto substrato de vivência histórica de corpos negros subalternizados pelo processo de escravização e, por conseguinte, pela colonialidade do poder. Por meio do pensamento decolonial, são apresentadas algumas reflexões sobre as relações entre linguagem, memória e corpo, a fim de construir um aporte teórico capaz de desnudar e reelaborar outras epistemes. Considerando esse recorte analítico, o objetivo geral deste estudo ensaístico consiste em evidenciar a(s) forma(s) pela(s) qual(is) esses corpos são marcados pela memória e, a partir dela e com ela, transformam o processo de negação que atravessa tempo e espaço da história no campo educacional, social e étnico-racial. Para tanto, a memória desses corpos negros deve ser evocada segundo uma perspectiva diferenciada, postulando novas reexistências, outras maneiras de enfrentamento às visões engendradas e produzidas para tornar corpos negros em corpos abjetos.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientador: Prof. Dr. Arivaldo de Lima Alves. Endereço eletrônico: gilsanreggaeparatodos@hotmail.com.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Não é de hoje que a guerra de práticas discursivas vem desmontando a estrutura monossêmica do pensar, construída para desalojar a episteme dos corpos negros atravessados pelo racismo linguístico (NASCIMENTO, 2019), reproduzindo imagens “quebradas” dos sujeitos, como a do(a) negro(a) que nas suas inteirezas proclama força transpositiva de enfrentamento das relações de poder. Todavia, preservar a memória histórica do processo de negação sempre será um mecanismo cotidianamente utilizado como mantenedor da ordem

estabelecida. Por isso, as rasuras impingidas à memória do povo preto – vítima histórica da perversão do racismo e de outras ações deletérias – e o esquecimento forjado por essa lógica dominante têm seu lugar no apagamento institucionalizado do perdão ao sufrágio universal, postulado como uma harmonia, em que o passado de atrocidades e genocídios seja simplesmente ocultado como um sopro etéreo.

Esse cenário remete à questão proposta por Berman (2007): tudo que é sólido desmancha no ar? Além disso, até onde essas dores seculares são abstraídas da memória de quem as sofreu? Para pensarmos sobre o assunto, introduzimos o argumento de Ricoeur (2007) de que o esquecimento continua a ser uma inquietante ameaça que se delinea no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história. Sob esse aspecto, é conflitante pensar a emblemática vulnerabilidade de pessoas forçadas a silenciar suas histórias de vida, seus sabores e dissabores por conta de um sistema-mundo atravessado por

ingerências ao destituir o corpo-linguagem como forma de sociabilidade da arché afro-brasileira, isto é, de toda a historicidade cultural de um povo que, ao longo do tempo, revitaliza e preserva esse status através da performance da oralitura do corpo, lugar da memória (MARTINS, 1997).

Nesse sentido, a fuga para outros horizontes é uma marca indelével que esse segmento carrega em suas tantas travessias. Ainda na esteira de Ricoeur (2007, p. 424), a memória ganha destaque ao ser pensada, a priori, como luta contra o esquecimento, por isso “[...] nosso dever de memória enuncia-se como uma exortação a não esquecer.” A partir daí, podemos pensar as diversas formas de esquecimento: (a) como uma questão patológica sobre a qual o indivíduo não tem controle, a não ser pela intervenção médica; ou (b) como uma sistematização que repreende toda e qualquer manifestação das velharias atroztes que sucumbem à memória individual e coletiva de pessoas pretas. Acionamos, assim, uma vez mais, o pensamento de Ricoeur (2007) sobre os desfiladeiros a serem transpostos, pois quem resolve avaliar os malefícios evidentes e os benefícios presumidos do esquecimento confronta uma polissemia opressiva da palavra “esquecimento”, cuja abundância é atestada na história literária. Portanto, compreender a profundidade do esquecimento perpassa os fenômenos mnemônicos, voltados à memória em sua forma de apreensão dos signos socialmente constituídos e dos usos e abusos disseminados na relação pragmática.

Uma memória estática, aprisionada em si mesma, é plástica e reversível em alguns casos, haja vista que seu processo constitutivo de enunciar lembranças atravessa tempo e espaço, sendo muito mais fluida e criativa do que pensamos. Com a “[...] a ideia de esquecimento definitivo”, queremos tratar do “[...] esquecimento por apagamento de rastros, outra ideia de esquecimento” (RICOEUR, 2007, p. 427), no intuito de ressaltarmos

a importância de recompor as impressões gravadas na memória, principalmente aquelas mais agudas e, contrariamente, acomodadas devido aos traumas, recrudescendo-as e ressignificando-as. E é justamente nessa condição que o passado é rememorado, cujo mar revolto provoca “reminiscências” de um povo que precisou reinventar o próprio percurso, recriar novos significantes e, alhures, não perder o élan vital do seu axé para (sobre/sub)viver.

E, assim, o corpo negro vem se desdobrando pela linguagem em outras narrativas representativas do ser e estar no mundo. Corroborando a ideia de corpo sob um olhar mais crítico, Ricoeur (2007, p. 429) afirma que,

[...] de fato, o trajeto entre o corpo próprio e o corpo-objeto é longo. É preciso fazer o desvio através da ideia de uma natureza comum e, para isso, passar pela ideia de uma intersubjetividade fundadora de um saber comum, e remontar até a atribuição de estados mentais comparáveis e concordantes entre pluralidade de sujeitos encarnados.

Sob essa ótica, percebemos a urgente postura de relacionar sujeitos numa condição plural, em que a intersubjetividade seja fundante no processo comunal de interação social, afastando, por fim, a coisificação de corpos negros. Nessa senda, a corporeidade negra vai descortinando outras fontes seminais de convivialidade e, sobretudo, trespassando barreiras arquitetadas ao longo do tempo e sob o prisma do racismo estrutural e estruturante, tão em voga na sociedade brasileira! Não podemos perder de vista esse contexto lúgubre que risca os espaços de poder para esse segmento social, como o acesso à educação superior, cujo percentual é diminuto na maioria dos cursos considerados “elitistas”, como medicina, por exemplo.

Contudo, o viés da mobilização social do Movimento Negro Educador (GOMES, 2017), paulatinamente, tem reivindicado outras possibilidades de crescimento vertical na pirâmide social e educativa. Demonstrar a linguagem ou as linguagens nos significantes propositivos ajuda a melhor compreender a amplitude das rasuras no tocante à reconstrução socioeducacional e histórica dos corpos negros. Nesse sentido, destacamos a pujança desse movimento que articula outras forças e outros coletivos sociais no sentido de elaborar identidades marcadas pelas interações e pelo reconhecimento de pertença. Mas é necessário sempre contrapor, incisivamente, o ideário da branquitude, que insistentemente tem afugentado um legado expressivo no que concerne à cultura e história afro-brasileiras.

Evidentemente, precisamos assumir um posicionamento crítico. Diante desse contexto, é salutar considerarmos a necessária superação do racismo que tem impelido um novo olhar frente ao tratamento dado à população negra. Devemos intensificar o germe emancipador de corpos negros por via de linguagens que os tornem caminhos de (des/re)construção daquilo que, a priori, se pretende numa sociedade pluriétnica, com seus plurissignificantes linguísticos, redesenhando a rota da fuga no princípio da diversidade, sobretudo na postura da equidade educativa no campo das relações étnico-raciais. Ademais, podemos pensar em uma política de sentido, entrecruzando a imersão, emersão e submersão às quais o corpo negro foi lançado e, ao mesmo tempo, sublevado por meio das lutas históricas. Evidenciar a força empreendida pela população negra para a construção social, através de conhecimentos produzidos desde o início do processo diaspórico, é de suma importância quando consideramos o continuum racismo que perdura no Brasil.

Assim, nestas primeiras palavras, queremos suscitar a colonialidade do saber que nos leva de encontro às armaduras

impostas pelo colonialismo e provoca o que se chama pensamento decolonial, desoprimindo corpos latentes de conhecimento-emancipação em um contato mais visceral e orgânico daqueles que assumem a linguagem como dispositivo de relações construtivas nos diversos campos da vida social. Para tanto, neste texto, apresentamos algumas reflexões centradas nas categorias linguagem, memória e corpo, a fim de construir um aporte teórico de desnude e de reelaboração de outras epistemes. Por isso, o principal objetivo deste estudo ensaístico consiste em evidenciar a(s) forma(s) pela(s) qual(is) esses corpos são marcados pela memória e, a partir dela e com ela, transformam o processo de negação que atravessa tempo e espaço da história no campo educacional, social e étnico-racial. Aqui, assumimos o corpo linguagem de memória emancipacionista!

SINGRANDO OUTRAS PALAVRAS

Incontestavelmente, a linguagem atravessa toda a nossa vida através de diversos aparatos instrumentais. Claro que tentar dialogar com sua plenitude não será possível, posto que sempre haverá brechas naquilo que inicialmente pretendíamos dizer; ou aquilo que, na exuberância da fala, gostaríamos de ter dito, mas permaneceu subsumido. Dessa forma, hiato sempre haverá, entretanto os devires linguísticos darão conta de uma nova aparição do dizer/falar, pois “[...] todo saber que se quer reminiscência não pode prescindir o esquecimento – este que se inscreve em toda grafia, em todo traço que, como significante, traz em si mesmo as lacunas e rasuras do próprio saber” (MARTINS, 1997, p. 64).

Nessa incompletude e/ou intraduzibilidade dos acontecimentos da memória, considero importante mencionar

seus suportes materiais destroçados por uma visão capitalista, em que as pessoas bloqueiam lembranças, e seus caminhos são arrancados, obliterados pelo apagamento dos seus rastros. Ao serem frontalmente atingidas por mecanismos que, em suma, desautorizam e fazem com que as pessoas acreditem que tudo é desinteressante sobre si e sobre os outros, elas são, sorrateiramente, conduzidas de maneira indelével a uma impressão de que nada têm a oferecer, ficando sob o jugo dos grupos sociorraciais que, majoritariamente, dominam as relações de poder social e econômico.

Na agenda histórica dos movimentos sociais negros, uma das questões mais frequentes se refere ao direito à memória suprimida do povo negro, supressão responsável por causar danos psíquicos devido aos séculos de escravidão/escravização moderna. Nesse viés, reiteramos a necessidade de enfatizar a presença histórica e social de sujeitos que, na individuação e na ação coletiva, registraram marcas profundas de insurreição no marco civilizatório da história afro-brasileira. Esses grupos sempre estiveram em busca de direitos equânimes – diferentemente de igualdade, e sim de justiça e equidade sociais.

Destarte, para singrar nas águas turvas do racismo linguístico e conhecer os subterrâneos da linguagem, como assevera Nascimento (2019), é preciso mergulhar nas entrelinhas do cotidiano e compreender as manifestações desencadeadas no intuito de dessubjetivar sujeitos negros e de fortalecer-se para não sucumbir à petrificação do corpo. Nesse viés, considerando a ética da vergonha vislumbrada por Agamben, Nascimento (2019, p. 5) defende

[...] uma ética que des-subjetiva e paralisa o sujeito social – Lugones propõe a ética do coalho que sugere que todo sujeito é heterogêneo, e, como sujeito, é eticamente

execrável quando rejeita ou despreza a diversidade em seu Outro.

Nessa perspectiva, tanto a humilhação provocada a outro quanto a vergonha são execráveis. Por isso, pensar o papel da linguagem como modo de normatização e idealização de um mundo brancocêntrico (NASCIMENTO, 2019) leva-nos a repensar como era/é utilizada a linguagem para perpetuar um ideário eurocêntrico que invisibiliza outras epistemologias, como a negro-africana. Para Nascimento (2019), a linguagem não somente dispõe de elementos diacrônicos, mas também sincrônicos, isto é, falar é falar absolutamente para um interlocutor. Dessa maneira, o “negro” não foi só criado como categoria discursiva e histórica, mas ele próprio foi obrigado a utilizar a língua do seu interlocutor (sobretudo no caso das línguas nacionais do colonizador) para produzir significados de defesa e sobrevivência após o intenso tráfico negreiro e a própria escravização. Mas ele também foi e é capaz de gerar transformações nessa língua!

Nesse universo da linguagem, há séculos, a oralitura (MARTINS, 1997) do povo negro tem criado dispositivos comunicacionais por meio da auto-organização africana, mesmo sendo desconsiderada por uma comunidade imaginada de cunho europeu, cujo principal fetiche consistia em impor a sua língua como padrão, sempre pronto para exterminar – ou melhor, arrefecer – outras línguas autóctones, como as línguas dos povos indígenas, assim como a etnolinguística africana, que, por aqui, no solo brasileiro, sofreu depreciativa incongruência na interpretação desses falares europeus.

Sob a nomenclatura de epistemicídio, que significa a morte dos saberes, o linguicídio, a morte da língua, essas violências podem, enfim, ser nomeadas. A esse respeito, cabe salientar a importância de sairmos da monocultura dos saberes para a

ecologia dos saberes (SANTOS, 1998). Essa transposição é necessária, uma vez que a monocultura do saber é um instrumento de reprodução do conhecimento já estabelecido, modelo que legitima o epistemicídio – a morte do conhecimento de outros sujeitos. Por isso, constituindo uma contra-hegemonia, Santos (1998) propõe as ecologias dos saberes, justamente para atender à diversidade e romper com a homogeneização dos saberes naturalizantes das diferenças.

Segundo Nascimento (2019), uma vez que o racismo está na estrutura das coisas, precisamos admitir que a língua é uma posição nessa estrutura. Portanto, é através da língua que ele – o racismo – materializa suas formas de dominação, o que nos ajuda a pensar como ele se engendra pelas condições históricas, econômicas, culturais e políticas. Essas reflexões fornecem importantes elementos para compreendermos como a língua foi/é utilizada como ferramenta e/ou dispositivo de dominação, fomentando a persistência da sub-representação de determinados grupos na sociedade brasileira. Nos interstícios desse sistema malsão e discriminatório, o grupo subalternizado cria fissuras e reinventa seus falares e suas idiossincrasias de ser e estar no mundo.

De acordo com Bakhtin (1997), os sujeitos modificam a língua e a língua modifica o sujeito. Então, não há como negar que mesmo com a imposição da língua “oficial” e “padrão”, o sujeito burla esse sistema e introjeta outros falares nos seus contextos socioculturais. Ao produzir dicotomias, a língua possibilita, para o bem e para o mal, inúmeras possibilidades de luta. De modo similar, Nascimento (2019, p. 11) afirma que “[...] se, por um lado, o sujeito se submete à língua, por outro, a língua muda por meio do sujeito e das convenções criadas da língua que não são autoconscientes.” Por isso, as línguas possuem sujeitos por trás delas, ou seja, não são neutras, mas sempre atravessadas por processos de poder, como os próprios sujeitos. O processo de

linguicídio, que é um projeto de poder que inclui desigualdades em todos os âmbitos, faz parte do pensamento da colonialidade, segundo o qual, pela ótica do opressor, os indígenas foram cativos e dóceis da terra e os negros, animais da terra. Em verdade, tanto os povos indígenas como os africanos arrancados coercitivamente da África nunca estiveram nesse lugar de subserviência, sempre lutaram por uma vida digna, e ainda hoje buscam as reparações sociais e educativas para sair desse fosso histórico, sobretudo aquele relacionado ao déficit educacional que “assombra” o país.

Nessa encruzilhada epistemológica, os corpos negros vão bailando nas suas performances para subverter a ordem do tratamento discriminatório atualmente imposto, um sistema que não consegue perceber, ou melhor, que olha, mas não vê – pois, semanticamente, são sentidos diferentes. Nesse ambiente psicoemocional, os corpos negros delineiam sua cosmopercepção, seus sentidos e significados, recriando o élan vital. Segundo Martins (1997, p. 63), a performance da oralidade, por exemplo, o gesto, não é apenas uma representação mimética de um sentido possível, veiculado pela performance, mas é também responsável por instituir e instaurar a própria performance. Pensar, pois, uma poética da performance exigiria de nós considerar não apenas o modo, o escopo, o tamanho e a duração da performance, como também seu deslocamento e “[...] extensão através das fronteiras culturais e sua penetração nos mais profundos estratos da experiência histórica, pessoal e neurológica” (MARTINS, 1997, p. 63) humana.

Assim, a relação performática que corpos negros instituem em seus mais variados campos estabelece uma nova dialogicidade consigo mesmo e com o mundo, reinterpretando uma nova cartografia do corpo. Esse movimento de apreensão do sujeito que se (re)apresenta não mais reificado por um colonialismo frívolo,

funesto, leva-o, então, a uma pluridimensão, em que o corpo está entrelaçado a outros corpos, lugar de memória (MARTINS, 1997). Portanto, perscrutar a arqueologia do corpo no sentido de evidenciar o espaço que produz conhecimento é de extrema relevância para promovermos novos olhares para esse caos-mundo que não vê as potencialidades dos corpos que interagem, agem e se expressam, construindo outros pilares necessários para conviver mais e melhor. Nessa perspectiva, defendemos a relevância de recrudescer a memória de corpos negros, postulando o abrir-se a outros estratos sociais, a outras inteligibilidades, desconstruindo o pensamento hegemônico que – fonte de tanta miserabilidade! – insufla o poder tanatológico, propulsor do genocídio da população negra.

Em suas pesquisas sobre a performance e as cenas rituais, Martins (1997) observa que o corpo e a voz são portais de inscrição de variados saberes; o corpo em performance não é apenas expressão ou representação de uma ação, mas conhecimento que se grava no gesto, no movimento etc. A partir desse olhar ressignificamos os conhecimentos e saberes africanos que restituem e se reinscrevem na memória coletiva, recriando, por fim, uma gnose e uma performance outra. A esse respeito, cabe considerar que, conforme ressalta Nora (apud MARTINS, 1997), a memória do conhecimento não está resguardada apenas em bibliotecas, museus, arquivos, monumentos oficiais ou parques temáticos, pois ela é constantemente recriada e transmitida pelos ambientes de memória, ou seja, pelos repertórios orais e corporais, gestos e hábitos, cujas técnicas e procedimentos de transmissão constituem-se como meios de criação, passagem, reprodução e de preservação dos saberes.

No bojo dessa apreensão da memória, seguimos recriando nossas reexistências e exigindo mais políticas afirmativas, a fim de que nossas demandas permaneçam como contingências sociais

que emperram o avanço do racismo nos diversos estratos da sociedade brasileira. Nessa corrente, a poiesis vai tomando corpo no corpo e pelo corpo negro, transcriando, por um lado, a memória de muitos saberes multiacentuados em novas narrativas discursivas, em que o embate claro-escuro e a linguagem ocupam lugar primacial, inaugurando outras possibilidades, sobretudo pelas adversidades que atingem esses corpos rasurados pela linguagem, e, por outro lado, cindindo a assimetria histórica e deslocando-se e metamorfoseando-se como suplemento necessário ao processo formativo e performático.

Esse é o diapasão pelo qual, sincronicamente, os sujeitos afrodiaspóricos têm conduzido suas práticas performáticas para (sobre)viver e, reiteradamente, revelar-se como ser de uma corporeidade negra que substancialmente cria condições concretas para transformar os percalços sociais e garantir a sobrevivência. Afinal, que corpos rasurados pela linguagem são esses? E mais: em verdade, quais acontecimentos também incidem sobre esses corpos? São corpos que foram, desde sua chegada em território brasileiro, coisificados, tornando-se corpos abjetos, sendo tratados de forma ríspida e desumanizada – para nomear o mínimo! Diante desse tratamento hostil e vergonhoso, cabe considerar que a linguagem representativa que perpassa esses períodos históricos da constituição do Estado-nação sempre esteve à disposição de uma elite oligárquica e, hodiernamente, capitalista, ferindo o princípio básico – constituído – de respeito e cidadania de quem construiu esse país com sangue e luta. Não vemos nesse instante outra saída senão recrudescer a memória para, efetivamente, recuperar o quinhão espoliado e rechaçado desses sujeitos de direito.

Sem dúvidas, esses agentes culturais foram/são cerceados pelos direitos elementares, postos numa verdadeira encruzilhada

epistemológica, ao silenciar e conceder espaços estratégicos para arrefecer os embates. Assim, vivenciam trincheiras de lutas para subverter a ordem do dia e, assim, caminhar(mos) a passos ora curtos, ora mais elásticos, a fim de compreender(mos) as vicissitudes traçadas ao longo da vida de pessoas que não cansam de seguir tenazmente. É o método recorrente de entrelaçar a heterogeneidade da construção do conhecimento, pois não é de hoje que a imposição de uma hegemonia destrói a bricolagem criativa que serve muito mais para transcender as delimitações estruturais que acabam obliterando um efetivo encontro com as diferenças e a alteridade; por isso tem sido sobremaneira nefasto o apagamento dos rastros de tantas pessoas, em tese, submergidas nas suas lembranças e, com isso, em alguns casos, patologizadas. Então, como deixamos rastros, existimos, o que torna contraproducente ou inoperante o sistema colonizante.

Assim, buscamos (com)partilhar esses pensamentos porque não podemos dar as costas a nossa biografia e às histórias dessas vidas, desses sujeitos produtores de conhecimento, que ensinam que tabula rasa é apenas uma estratégia perversa de um discurso-monopólio de poder sedimentado para forcluir sujeitos submetidos à devastação psíquica. Nesse contexto, Marques (2015, p. 2) apresenta o ambiente multicultural e de ensinâncias plurais em que se inscreve a história de Zefa, anunciando seu primeiro contato ao ver no canto da parede a imagem do Saci-Pererê entre as de Madonna e Michael Jackson, como se estivessem numa animada conversa. Em um tom de voz que trai certa decepção, o autor pergunta à artesã: “Zefa, por que tudo isso, essas páginas e imagens nas suas paredes?”. De pronto, amparada num sorriso, ela responde: “Ah moço, é pra eu me inspirar!”.

Essa narrativa de Zefa auxilia na compreensão de que não devemos, a priori, manifestar quaisquer formas de preconceito, principalmente ao lidar com culturas sobre as quais não temos

vivências. Esse momento remete às certezas que nos aprisionam, tornando-nos herméticos em nós mesmos. Nessa lógica, Marques (2015, p. 4) destaca como Zefa desnuda suas convicções primeiras e, em um “[...] gesto de apropriação, desterritorializa ícones culturais e políticos para reterritorializá-los, compondo uma coleção fantasmagórica, anônima”, já que aparece “[...] desgarrada daquela ‘libido de pertencer’ que molda as identidades modernas – pessoais, nacionais e culturais – de modo muitas vezes essencialistas e intolerantes frente à alteridade.”

Evidentemente, a performance narrativa de Zefa abala o entendimento inicial do pesquisador, por isso ele destaca a questão das culturas híbridas (CANCLINI, 1990 apud MARQUES, 2015), afirmando que as culturas não existem em estado puro, separadas umas das outras, mas que andam muito misturadas, segundo um jogo de forças. Além disso, assinala que a cultura popular é lugar de transformação marcado pela dialética da contenção e da resistência. Em suas palavras: “Quero afirmar o contrário, que não existe uma ‘cultura popular’ íntegra, autêntica e autônoma, situada fora do campo de força das relações de poder e de dominação culturais” (HALL apud MARQUES, 2015, p. 6). Por isso, a relação dicotômica entre cultura popular e cultura de elite/dominante não serve mais a esse contexto.

Precisamos romper com o puritanismo excludente, evitando a suposição de que os agente-artísticos são tolos ou idiotas culturais. Para a etnometodologia de Garfinkel (1967 apud GUESSER, 2003), os sujeitos são produtores de conhecimentos, e sua forma idiossincrática de aprendizagens não os destitui de saberes, visto que sujeitos possuem seus etnométodos, ou seja, suas ações para solucionar as situações-problema cotidianamente enfrentadas. Isso porque, como potência do dizer, a língua/linguagem não se esgota nas palavras ditas, haja vista que

existem múltiplos elementos performáticos que contribuem para a materialização dos significantes, como, por exemplo, o do corpo que diz ao ser observado. Cabe enfatizar que o indizível inexistente – assim o compreendemos! Ou seja, ainda que uma palavra não seja dita, o silêncio evoca outras formas de dizer. Nesse sentido, segundo Marques (2008, p. 1), abrigados

[...] no silêncio do arquivo, desamparado e mudos estão, entretanto, abertos a qualquer um que os saiba ler e interpretar. De sorte que o arquivo, em termos espaciais, constitui-se num lugar tanto físico quanto social, onde se guardam os rastros documentais do passado, de que se vale o historiador, por exemplo, para estabelecer as provas documentais necessárias à elaboração do conhecimento histórico.

Desse modo, esse lugar da memória deve ser habitado, vivido e interpretado por outros corpos, quer por seus desejos, quer por seus sonhos. Nossa implicação nesse ambiente físico e/ou corporal é fundante, haja vista que a memória está intrinsecamente ligada aos corpos e, conforme nos apercebemos deles, traduz parcialmente o viés pelo qual queremos ser vistos. Nessa perspectiva, para Martins (1997, p. 70, grifo nosso), “[...] a linguagem é operadora de discursos, a encruzilhada, como um lugar terceiro, é geratriz de produção sógnica diversificada e, portanto, de sentidos plurais.” Então, é através da linguagem que aspiramos outras possibilidades, como dialogar com os excluídos, por exemplo.

Muito foi disseminado ao longo do tempo sobre a relação harmoniosa do povo negro com o sistema brasileiro, entretanto essa imagem cordial e passiva sempre foi desconstruída de modo a jamais esquecermos a colonialidade ainda imposta aos corpos negros. Ao eleger essa possibilidade da linguagem em atuar como mecanismo de descolonização e comunicação dialógica entre os

oprimidos, precisamos interseccionalizá-la, por fim, com outros setores que precisam de respostas imediatas. Evidentemente, ao afirmar o preceito de uma decolonidade devemos pensar o papel da linguagem, já que ela é utilizada para produzir “corpos dóceis” e seus congêneres. Dessa maneira, podemos perceber as amarras da linguagem através das quais a disputa de poderes se legitima. Mas uma práxis encarnada do povo negro tem reflexionado novas trincheiras de luta, e, desde a travessia do Atlântico negro até o momento atual, várias formas de reinventar caminhos têm sido utilizadas para prosseguir no enfrentamento ao racismo. Sabemos que o corpo negro é território de linguagem que se constrói na tessitura de outras maneiras de sociabilidade, uma vez que seu estar no mundo brancocêntrico foi/é/será de reafirmação do seu ethos cultural.

Entendemos, assim, que o caminho da libertação, em sentido mais amplo, só ocorrerá quando outras vozes se unirem, fortalecendo a heterogeneidade de lutas de grupos, historicamente, postos em situação de opressão, que, contrariando essa lógica perversa, são desoprimidos tanto pelos movimentos sociais negros como por outros movimentos nas suas especificidades, de modo a transformar as linguagens em performance de luta emancipatória. Conforme destaca Martins (1997, p. 70), os movimentos negros criam “[...] uma performance mitopoética que reinterpreta as travessias dos negros de África às Américas.” Nesse sentido, toda a investida do povo negro em transplantar os horrores impostos pelo sequestro humano do continente africano e pela diáspora negra revela como a força pujante da ancestralidade oxigena o caminhar diuturnamente de quem (sobre)vive no sistema despótico e racista, como é o caso do brasileiro.

E assim caminha a humanidade, em busca de outras humanidades, pois o quadro ainda é de atrocidade, de violência, como aquelas vestidas de sexismo, racismo, xenofobia, homofobia e misoginia. Por isso, na profusão de coisas que devemos alinhar, precisamos considerar outras saídas em curto, médio ou longo prazo, a fim de vislumbrarmos um mundo menos caolho, vesgo, celebrando a transpolifonia de cantos e vozes; um mundo menos monocromático, afinal são tantos matizes prontas para dar tons em corporeidade outras! Desse modo, adentrar mais uma vez na cosmopercepção africana, dado o seu grande volume de intervir em um mundo de tantas frentes, remete ao pensamento da força numinosa ao imprimir através dos tambores sagrados-candombes outras linguagens, como o som sincopado e a dança, ancoradas em uma performance singular em que o agenciamento desse movimento prenuncia “[...] uma subversão da ordem social, das hierarquias escravistas e dos saberes hegemônicos” (MARTINS, 1997, p. 72).

Contudo, é por via da linguagem alternada que os escravizados refazem seu trajeto existencial, pulsando a partir daí insurreições e enfrentamentos, que, ainda assim, insistem a se reconstituir numa geopolítica excludente e racista. Conforme defende Martins (1997), grafa-se e pulsa na conjugação dos tambores, do canto e da dança, entrelaçados na articulação da fala e da voz de timbres africanos, deslocamentos que nutrem o desejo maior de transpor as barreiras impostas por uma estrutura escravista, sobretudo no intento de forjar transformações nas relações de poder diante de tão adverso contexto histórico-social. Isso comprova que, desde tempos remotos ao escravismo tardio, o povo preto está à frente em condição desigual, e todo esse estado de coisas perpetrado pela estrutura racista – que tanto incomoda na contemporaneidade – é aprendizado reincorporado no léxico linguístico da população negra, a exemplo do poder alternativo que

ainda fermenta várias comunidades, considerado o cimento constitutivo que junta forças díspares no propósito em comum, o de derrubar os pilares dessa estrutura carcomida pelos vermes do podre poder.

Entretanto, as rasuras produzidas na linguagem de corpos negros ferem as subjetividades, o que provoca a desconfiança da causalidade, ou de uma lógica escrotal que mais serve para ocultar e invisibilizar corpos sedentos por ações transformativas e performáticas em uma dimensão construtiva. Esse conceito evidencia que, pelos fenômenos histórico-culturais, os indivíduos intervêm de forma concreta e, conseqüentemente, constroem saberes/conhecimentos. Nessa perspectiva, consideramos necessário sedimentar um novo constructo para pensarmos as relações étnico-raciais segundo um viés de respeitabilidade às diferenças raciais. Portanto, costurar esses saberes e desconstruir quaisquer preferências preconceituosas tornam-se caminhos menos densos e mais salutares. Sim, precisamos restituir às plurilinguagens uma acepção libertadora, fora dos ditames colonialistas, cuja memória dispare seus gatilhos não mais de violência simbólica, de traumas atravessados por toda uma vida, mas sim de lembranças vivificantes, capazes de nos impulsionar a melhor viver com as pessoas.

PALAVRAS (IN)CONCLUSIVAS

Nestes tempos sombrios que atravessamos, não é tarefa fácil conchamar pessoas e movimentos em direção às transformações sociais que a sociedade atual demanda; também não é tarefa simples a articulação de movimentos sociais que interseccionalmente perfurem o pensamento hegemônico e assombrem tal estrutura. Mas já não há mais tempo para

continuarmos a ver passivamente tamanha brutalidade em nome de segregações e negações! Precisamos reaprender com as diferenças e, no seu bojo, desconstruir estereótipos e fortalecer o processo identitário. Para tanto, é um imperativo maior a recrudescência da memória histórica do povo preto em um, a perspectiva emancipacionista, destruindo toda e qualquer pseudovisão que vá de encontro àqueles que dão sustentáculo a este país inconcluso, pois enquanto existir uma engenharia para negar exatamente quem de fato construiu e constrói com suor, sangue e sonhos, esse Estado-nação, o passado, o presente e o futuro não se imbricarão na reexistência, pois o devir negro está sendo construído exatamente neste momento de pensar criticamente como se estruturam os dispositivos da necropolítica (MBEMBE, 2018).

Contrapondo-se a esse quadro tétrico, as insurgências de corpos negros, performaticamente, abrem fendas no ventre burguês de um corpus social racista e estrutural, e a linguagem como instrumento discursivo é utilizada visando à construção e desconstrução de um ideário social calcado no poder divisionista que muito tem aumentado o fosso da desigualdade sociorracial. Nesse diapasão de notas dissonantes que não se harmonizam com as labutas sociais, principalmente com a histórica luta do povo preto por reparação social, educacional, ontológica, enfim, por equidade, na prática da homogeneização cultural que não dialoga com outras concepções culturais, dificultando ainda mais a interseção de outros segmentos no sentido de dar amplitude e condição substancial para extinguir as agruras inconcebíveis vivenciadas no século XXI pelos corpos negros, que pagam e fenecem por ser fruto de uma ignomínia bem arquitetada, reafirmo a urgência de recrudescermos essa memória histórica e coletiva para não afundarmos no esquecimento que solapa as reações

necessárias à transformação dessa situação tão enraizada na sociedade brasileira.

Portanto, entrecruzar vozes e performances em um tom digno, outra vez sincrônico e melodiosamente uníssono, visando subverter esse estado de coisas, torna-se cada vez mais imprescindível. Nesse mar da insubmissão, precisamos navegar com maior intensidade e força nas performances plurais que se interseccionam – não vejo outra saída mais imediata senão pela abertura das diversas frentes em busca de um bem comum: viver longe dos preconceitos e de suas formas correlatas! Nesse aspecto, a linguagem possui papel preponderante, uma vez que é através dela que as manifestações comunicativas são efetivadas. Como é por ela e através dela que as relações sociais são produzidas, consideramos de suma importância a construção de outras configurações que atendam aos diversos segmentos sociais.

Entretanto, o trato que se dá à corporeidade negra, invisibilizando e demarcando os territórios, na tentativa de pulverizar a resistência transformativa e, invariavelmente, deixar escapar o corpo negro, intenta contra esse corpo. Esse legado linguístico serve como um portal de vozes que tentam subalternizar corpos que importam. Sim! Importam para quem tem a sensibilidade, a escuta atenciosa para refletir criticamente sobre outros horizontes nos campos educacional, étnico-racial, histórico e social. Isso porque a linguagem é atravessada pelas relações de poder, e rasurá-la significa absorver esses complexos de saberes e incorporar no léxico vocabular a “minoría” sedenta de escolarização. Evidenciar essa memória é, também, uma forma de recrudescer novas perspectivas de convivialidade amparadas na equidade.

Para tanto, o caminho deve ser o de construir outras dimensões sobre a linguagem, outras compreensões, partindo-se, por exemplo, da inegável contribuição de Ferdinand Saussure, que entende a linguagem como processo de classificação do mundo. Mas precisamos ir além dessa visão, compreendendo a linguagem como meio de, além de classificar, criar o/outro mundo. Nessa perspectiva, o signo linguístico modela e projeta uma estrutura ideológica nos indivíduos, por isso não podemos esquecer que o pensamento da colonialidade impõe aos nossos corpos outras referências que nem sempre são as nossas. É nesse território de disputa que vamos desnudar tais percepções, que numa lógica hegemônica perpetuam o status quo; e contrariamente seguimos retroalimentando nossas raízes ancestrais, fortalecendo nosso ethos cultural na pujança que perdura.

Como ressalta Nascimento (2019), é preciso que haja o devir-negro do mundo, protagonizado pela linguagem como espaço de emancipação e hegemonia dos grupos historicamente marginalizados, tendo como mote a raça, e, também, a desracialização discursiva, material, social e linguística dos nossos corpos. Não há mais tempo para a essencialização de fatos históricos prenes de (re)solução imediata, visto que o humanismo ruiu em suas pretensões espúrias, o que torna a reconstrução de novas humanidades basilar no processo de retomada da formação humana, tão caricaturada e fragmentada pela esquizofrenia capitalista, racista, homofóbica, sexista, enfim, todo um estado de coisas capitaneado pelos megalomaniacos do podre poder que insiste e espalha o medo, a humilhação, o desrespeito, desresponsabilizando-se da produção de signos opressivos naturalizados nas/pelas linguagens.

São os insubmissos corpos negros que, paulatinamente, reconstroem sua historicidade, intersubjetividade, ao compreenderem a longa negação, já cristalizada e normatizada no

pensamento social. Por isso, nunca será demasiado reafirmar a necessidade de interseccionalizar os saberes para, articuladamente, fazer frente a tantas questões elementares que merecem definitivamente ser extinguidas! Assim, talvez logo possamos vislumbrar outras convivialidades, outros corpos interpenetrados em linguagens diversas, no frescor de uma memória fluida de (re)encanto, de poiesis, capazes de provocar-nos em direção à reinvenção no genuíno olhar do orvalho da manhã, naquele raio de sol que alumia nosso caminhar, na beleza infinda performática do corpo (in)traduzível inscrito na cartografia desejanste, lugar de ontem que seja apenas o agora da memória centelhada de vida.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência e na linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GUESSER, A. H. Etnometodologia e educação. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 149-168, 2003.
- MARQUES, R. Memória literária arquivada. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 105-119, 2008.
- MARQUES, R. A lição de Zefa. Revista Z Cultural, Rio de Janeiro, ano 10, p. 1-7, jul./dez. 2015.
- MARTINS, L. Performance da oralitura: corpo, lugar da memória. Campinas: Papyrus, 1997.
- MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- NASCIMENTO, G. Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. Lisboa: Aparentamento, 1998.

